

O TRANSPORTE ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NO APRENDIZADO DO ALUNO DO CAMPO

Dulceli Pierin de Freitas¹

Silma Cortes da Costa Battezzati²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apontar as dificuldades de acessibilidade dos alunos e professores às escolas rurais da cidade de Ortigueira, situada no estado do Paraná, e as consequências que isso traz aos alunos e professores que ali estudam e trabalham. Reconhecer a real necessidade do transporte escolar para facilitar o acesso e a aprendizagem dos alunos que residem no campo é importante para fortalecer sua identidade campestre e a identidade cultural das pessoas que no campo vivem e constroem suas histórias de vidas. Portanto, valorizar o acesso às escolas rurais é reconhecer as especificidades da educação do campo, conforme descrito neste estudo, pois o aluno da zona rural precisa ser visto com olhares diferenciados em relação a sua cultura e seu aprendizado.

Palavras-chave: Aprendizagem, valorização, obstáculos

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Telêmaco Borba, e-mail:

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

Quando se considera a trajetória e as dificuldades que muitos estudantes e docentes da zona rural têm para chegar à sala de aula, geralmente devido a distância entre as escolas e residências e em decorrência das más condições das estradas, quase sempre inapropriadas para a locomoção dos veículos, parece ficar evidente a incoerência estabelecida na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - Lei 9394/96 - que, no Artigo 3º, inciso I, garante a igualdade de condições para o acesso e a permanência dos estudantes da educação básica às escolas, pois a maioria dos professores da rede estadual que leciona na área rural do Paraná reside na zona urbana, portanto precisam utilizar o transporte escolar como meio para acesso às escolas rurais.

Ao constatar que a garantia expressa na referida Lei não se concretiza no dia a dia das pessoas que vivem nas áreas rurais da cidade de Ortigueira podemos pressupor que os estudantes que vivem nessa região estão constantemente em desvantagem em relação aos estudantes que vivem na área urbana, pois se fizermos comparação acerca dos problemas de acesso às escolas entre estes dois grupos nos parece claro que os alunos que vivem nas cidades e frequentam escolas urbanas não têm maiores dificuldades com transporte escolar, uma vez que geralmente as condições de tráfego dos veículos é tranquila. Já os alunos das escolas rurais enfrentam dificuldades especialmente em dias de chuva ou quando ocorrem problemas de ordem mecânica com os veículos. Nessas situações tais estudantes não têm alternativas para se locomoverem até a escola e, assim como seus professores, ficam prejudicados porque precisam faltar as aulas.

Além das proposições expressas na LDB, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica também apresentam proposta curricular de ensino que respeita as características do ambiente em que se situam as escolas, sejam rurais ou urbanas. Tal proposta enfatiza: A depender das políticas públicas em vigor, o papel da escola define-se de formas muito diferenciadas. Da perspectiva das teorias críticas da

educação, as primeiras questões que se apresentam, entre elas: Quem são os sujeitos da escola pública? De onde eles vêm? Que referências sociais e culturais trazem para a escola?

Considerando o exposto pelas referidas diretrizes curriculares, nos parece que tais proposições não tem sido observadas em muitas realidades escolares da zona rural, nem mesmo alguns docentes têm consciência de que a escola do campo deve considerar determinados aspectos que diferem das escolas da cidade na sua forma de ser.

Aparentemente alguns docentes reconhecem apenas a diferença de tratamento entre aluno e professor, porém as diferenças não se limitam à questão de tratamento, ou seja, é preciso que os professores considerem as características particulares que caracterizam as escolas campestres como tal, pois tratar de tais particularidades, inclusive no contexto dos conteúdos das disciplinas poderia melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem na área rural. O emprego de diferentes metodologias também poderia proporcionar melhorias no processo de assimilação dos conteúdos pelos alunos. Nesse sentido, o maior desafio imposto aos docentes, pesquisadores e responsáveis pelas políticas públicas da educação do campo tem sido problematizar as diferentes experiências das escolas, que somadas as outras experiências sociais, poderiam impulsionar novas reflexões para o entendimento das especificidades das escolas rurais, dessa área específica da educação e dos seus atores ou sujeitos.

Isto posto, reconhecer a identidade e as necessidades das escolas do campo, considerar a identidade cultural das pessoas que vivem no campo, valorizar e qualificar os profissionais que trabalham nessas escolas, bem como avaliar as condições do transporte escolar é o primeiro passo em direção as perspectivas de sucesso do aprendizado pelos alunos, bem como para estreitar as relações entre discentes de docentes, com respeito e com objetivos voltados à melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Algumas políticas públicas educacionais, como a de “Transporte Escolar para Todos”, têm tentado amenizar o quadro de problemas que interferem na aprendizagem, porém, outras questões relativas ao transporte escolar ainda precisam ser revistas pelos órgãos públicos competentes, notadamente por quem as idealizou, a exemplo dos idealizadores da Cartilha do Transporte Escolar³, que ressalta:

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei no 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e municípios (INEP, 2005).

Reconhecendo a importância da Cartilha do Transporte Escolar, entendemos que garantir o acesso dos alunos até as escolas rurais é direito de todos, de outro lado, é responsabilidade dos órgãos públicos melhorar esta qualidade uma vez que esta responsabilidade faz parte das Políticas Públicas Educacionais. Em outras palavras, ao se abordar questões relativas as políticas públicas educacionais, deveríamos destacar as pessoas que moram no campo, principalmente os jovens, para refletir sobre seu histórico sócio cultural.

Na nossa vivência como educadora pudemos perceber que assim como os da cidade os jovens do campo também têm interesse por cultura, lazer etc. E em muitas circunstâncias apenas as possibilidades de acesso aos divertimentos culturais e de lazer são diferentes para os jovens do campo, isto posto, é importante haver consciência por parte das autoridades sobre a necessidade de se observar as características que permeiam cada comunidade escolar, e que diante de

³ Cartilha do transporte escolar / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – Brasília : O Instituto, 2005 (mimeo). Disponível em: <http://www.fnede.gov.br>
Acesso em: 21/02/2011

determinadas dificuldades para acesso a cultura, lazer etc é preciso se agir de forma contextualizada, nesse caso, muitas vezes as ações exigem diferentes soluções no sentido de facilitar o acesso a tais divertimentos pelos alunos do campo e isso implica abrir possibilidades para se mostrar aos alunos do campo e da cidade as diferentes formas de vida existentes em cada contexto.

Em muitas cidades promover o intercâmbio cultural e regional já faz parte do currículo escolar, pois assim é possível mostrar e valorizar o ambiente onde vivem os alunos do campo. Algumas escolas do campo promovem campeonatos, exposições, amostras culturais e viagens e convidam outras escolas para visitá-las com a finalidade de intensificar a promoção de intercâmbios culturais e regionais.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência descrita a seguir está relacionada ao trabalho que a autora deste estudo desenvolve na direção de uma escola do campo - o Colégio Estadual Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto – que oferta ensino fundamental e médio. O colégio está localizado à 23 km da cidade de Ortigueira.

Segundo informações disponíveis no portal do município⁴, Ortigueira foi fundada em 14/12/1952 e está 247 km distante da capital do estado, Curitiba. Possui 68 comunidades e cinco distritos: Lajeado Bonito, Natingui, Monjolinho, Barreiro e Bairro dos França. Detém o maior rebanho bovino do Estado, com cerca de 250 mil cabeças de gado, e é também um dos maiores produtores de mel do Paraná. O município possui 66% de sua população, de 25 mil habitantes, em zona rural e 33% urbana, segundo o último censo do IBGE.

Os estudantes e docentes do colégio Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto utilizam diariamente o transporte escolar. O ônibus escolar sai da cidade de Ortigueira pela manhã e se dirige até um ponto que fica a 6 km de distância da instituição. Nesse ponto as pessoas ficam em torno de uma hora esperando um outro transporte escolar. À noite todos voltam até este mesmo ponto para retornar ao trabalho no período noturno, nesse período o ônibus escolar retorna para a cidade de Ortigueira. Esta é a rotina da autora deste estudo ao longo dos seis anos de trabalho no referido colégio, sendo três como professora e três como diretora. Portanto, esta realidade justifica nossa constante preocupação com o transporte escolar local. Ou seja, o fato de não conseguirem chegar ao colégio nos dias de chuva provoca transtornos e dificuldades para o aprendizado dos estudantes, pois perdem a sequência das aulas e, assim, não aproveitam as complementações das aulas anteriores. Outro problema decorrente das dificuldades de transporte em dias de chuva diz respeito as faltas ao trabalho pelos professores, devido as péssimas condições das estradas os veículos baixos acabam encalhando e impedindo, portanto a chegada dos docentes à escola. Alguns alunos até esquecem o que foi estudado em aulas anteriores, tornando necessário se fazer uma retomada dos conteúdos ministrados, porém nem sempre isto é feito pelos professores, logo, o aprendizado fica defasado.

Estas rupturas no processo de ensino e aprendizagem prejudicam o desenvolvimento das atividades de ensino, pois o processo de ensino e aprendizagem requer ações contínuas para que haja absorção significativa dos conteúdos aplicados pelos docentes. Assim sendo, ao faltar continuamente às aulas os alunos podem esquecer os conteúdos trabalhados em aulas passadas, nesse caso, é preciso que os professores facilitem o aprendizado por meio de retrospectivas sobre os temas tratados em aulas anteriores. Para tanto é necessário o desenvolvimento de atividades dinâmicas, que possibilitem certa inovação no tradicional processo de ensino nas escolas do campo, para haja um bom aproveitamento das aulas. Nesse sentido corroboramos com as afirmações de

Arroyo, Caldart e Molina (2004, p,15) para quem, “a escola do campo deve fazer do seu povo e dos processos de formação o ponto de partida para a formulação das políticas educativas a garantir o caráter popular do lugar, articulando um projeto de país e de campo.”

Considerando o que foi dito até o momento, entendemos que além da formulação de políticas educativas é necessário para o sucesso da aprendizagem haver nas escolas rurais um projeto pedagógico voltado a facilitar o acesso dos alunos, logo, é imprescindível existirem políticas públicas que contemplem a oferta de transportes escolares adequados para docentes e estudantes das escolas rurais.

Neste contexto, políticas voltadas a facilitar o acesso às escolas do campo podem contribuir para que a educação básica do meio rural tenha caráter universal, porém contextualizado às especificidades do meio, valorizando a cultura e tendo como objetivo principal a oferta de uma educação de qualidade, que assegure a ampliação dos direitos de cidadania da população rural, garantindo, assim, o direito do aluno ao acesso e permanência na escola e, sua inserção no mundo do trabalho. (INEP/MEC,2007,p 08-09).

No registro de observações sobre a rotina do Colégio Estadual Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto foi possível perceber que alguns professores entendem que por estarem nas salas de aula de escolas rurais podem ensinar qualquer coisa aos alunos, pois mesmo com todos problemas decorrentes da falta de transporte há professores que dizem não saber qual conteúdo aplicar quando solicitados para repor as aulas perdidas nos dias de chuvas, ou quando faltam sem justificativas. Fato que nos leva a pressupor ausência de comprometimento e até despreparo para o exercício da profissão/docência. Às vezes alguns docentes até parecem se alegrar com a falta de transporte.

Outro fator que merece ser aqui citado diz respeito a falta de incentivo financeiro específico para os professores das escolas rurais. É usual os docentes ficarem na chuva ou no sol esperando o transporte escolar, isto pode ser considerado um descaso para com os educadores do campo.

Isto posto, para sanar ou amenizar os problemas de falta de comprometimento por parte de alguns professores, problemas decorrentes do tempo de espera pelo transporte escolar nas estradas ou de falta de incentivo financeiro, por exemplo, entendemos que uma das primeiras providências a serem tomadas pelos órgãos públicos, no contexto das políticas públicas educacionais, está relacionada com a melhoria das condições de transporte. Pois o professor do campo tem o mesmo piso salarial que o professor da cidade, porém, as dificuldades que enfrenta para acesso a escola pressupõe maior gasto de tempo e dinheiro, logo, deve receber transporte e remuneração diferenciados, especialmente se forem consideradas as horas que passam nas estradas, pois este tempo acaba influenciando a qualidade de ensino.

Outro aspecto problemático das escolas do campo é a rotatividade dos professores, que prejudica a organização e continuidade dos conteúdos, pois se um professor ministra aula em um determinado ano e permanece como docente da escola no próximo pode dar continuidade as atividades e conteúdos proposto sabendo o que foi trabalhado com os alunos anteriormente.

Durante a realização deste estudo, também foi possível perceber que além de alguns docentes, como já foi dito, muitos alunos do colégio Colégio Estadual Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto não valorizavam a escola onde estudavam. Muitos não se preocupavam em se preparar para as avaliações, não participavam das aulas etc, a preocupação com a vida escolar se limitava a saber quando seria a recuperação. Alguns até diziam que sabiam que iriam passar pelo Conselho de Classe. Para melhorar este quadro de desinteresse propusemos a realização de atividades de valorização do ambiente escolar, como por exemplo amostra cultural, jogos para motivação disciplinar, ato cívico por meio do canto do Hino Nacional. Com tais atividades tentamos, junto aos professores e alunos, mudar a mentalidade de que escola do campo pode funcionar de qualquer jeito. Porém, quando chove vários dias a situação piora, e parece que os alunos não se encontram fisicamente em sala de aula já que não há concentração ou participação nos assuntos tratados,

talvez porque em decorrência da necessidade de faltarem perdem a sequência de ideias dos conteúdos trabalhados.

Estes problemas somados à questão que envolve o transporte escolar dificultam o desenvolvimento das atividades educativas no campo logo, é preciso que as estradas recebam manutenção periódica, pois a cidade é rodeada por comunidades rurais, desse modo, cuidar das estradas deve ser uma das principais responsabilidades da prefeitura municipal.

Às vezes as estradas recebem reparos através dos proprietários das fazendas, pois todos necessitam da estrada. No período de 2005 até 2008, por exemplo, o governo federal investiu em micros ônibus para as escolas, porém o transporte nas áreas rurais é difícil e os micro ônibus não conseguem circular pelas estradas. Diante dessa realidade não há como responsabilizar os alunos que passam de três a quatro dias sem comparecer na escola para acompanhamento dos conteúdos das aulas anteriores, pois é no espaço escolar que os estudantes têm contato com os primeiros conhecimentos científicos, e é neste espaço que o indivíduo deve ser visto como sujeito de uma sociedade, como cidadão, conforme afirma a Constituição federal de 1998 Artigo 205. Portanto, a tarefa da escola se constitui, entre outras, em visar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, logo, deve ser assegurado aos estudantes e docentes o direito de acesso à escola, fato que requer adequação das vias e meios de transportes.

Em outras palavras, para melhorar a qualidade do transporte e do ensino no contexto da educação do campo é preciso contemplar o que está dito na Constituição Federal Brasileira de 1998, Artigo 205, bem como ampliar o leque de conteúdos necessários e importantes para a formação do cidadão e para a qualidade de ensino no campo, conferindo aos alunos oportunidades para a construção de novos conhecimentos.

3 CONSIDERAÇÕES

Há uma série de fatores que são prejudiciais ao bom andamento dos conteúdos ministrados nas escolas do campo, principalmente nas escolas rurais do município de Ortigueira situado no estado do Paraná. Os principais fatores que podemos citar são a falta do transporte escolar, a falta de conteúdos específicos da área rural, a rotatividade dos professores e a falta de estímulos financeiros aos profissionais do campo. Todavia embora tenhamos constatado falta de comprometimento por parte de alguns profissionais não podemos ignorar que há muitos docentes comprometidos e que almejam educação de qualidade para o campo

Enfim, após alguns anos de trabalho no campo podemos ressaltar que o transporte é o problema que mais dificulta o desenvolvimento da educação campestre, pois não há continuidade dos conteúdos ministrados e isto acarreta dificuldades no processo ensino aprendizagem, pois para que o educando seja uma sujeito participativo é preciso que tenha condições adequadas de acesso a escola, bem como, encontre no ambiente escolar educadores motivados, participativos e reflexivos, somente assim os estudantes podem se tornar sujeitos críticos e transformadores de seu local de moradia.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna(org). Por uma educação do campo. Petrópolis:Vozes, 2004.214p.

BRASIL. Constituição: República federativa do Brasil,1998.

Cartilha do transporte escolar / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – Brasília: (mimeo) 2005.
Disponível em: <http://www.fnede.gov.br> Acesso em: 21/02/2011

Diretrizes Curriculares da Educação Básica -PR-2008.

Disponível em:<http://ortigueira.pr.gov.br/sobre-ortigueira/> Acesso em 21/04/2011